

O ADOECIMENTO DOCENTE COMO RESULTADO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: UMA RELAÇÃO INTRÍNSECA AOS INTERESSES CAPITALISTAS.

Thalles Azevedo ¹

Resumo: O presente trabalho é baseado em uma dissertação de mestrado ainda em andamento, desenvolvida pelo autor, no Programa de Pós-Graduação em Ensino pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Através do trabalho em questão, eu busco trazer reflexões acerca das condições objetivas que levam ao adoecimento docente em função de uma série de determinações envolvidas no processo de precarização do trabalho do professor. Nesse sentido, além de me debruçar sobre alguns adoecimentos mais recorrentes que vem acometendo a categoria docente no Brasil, eu busco discorrer também sobre os desdobramentos do adoecimento, que desencadeiam no uso indiscriminado de psicofármacos. Essa discussão visa apresentar uma perspectiva crítica e marxista sobre a questão da superexploração do trabalho docente, a fim de trazer a compreensão de que essa realidade é construída socialmente, escamoteada por uma culpabilização do próprio professor e/ou dos alunos. Esse trabalho trata-se de uma pesquisa documental cuja base metodológica-teórica baseia-se no materialismo histórico e dialético.

PALAVRAS- CHAVE: Trabalho docente; Precarização do trabalho; Adoecimento do professor.

TEACHING ADMINISTRATION AS A RESULT OF THE PRECARIZATION OF WORK: AN INTRINSIC RELATIONSHIP TO CAPITALIST INTERESTS.

Abstract: The present work is based on a master's dissertation still in progress, developed by the author, in the Postgraduate Program in Teaching at the Universidade Federal Fluminense (UFF). Through the work in question, I seek to bring reflections about the objective conditions that lead to the illness of the teacher due to a series of determinations involved in the process of precarious work of the teacher. In this sense, in addition to addressing some of the more recurrent illnesses that have been affecting the teaching category in Brazil, I also seek to discuss the consequences of illness, which trigger the indiscriminate use of psychotropic drugs. This discussion aims to present a critical and Marxist perspective on the question of overexploitation of teaching work, in order to bring the understanding that this reality is socially constructed, relegated by a

¹ Pesquisador no Núcleo de Pesquisa em Trabalho e Educação – NUPETE – pela Universidade Federal Fluminense e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Federal Fluminense.

blame of the teacher and / or students. This work is a documentary research whose methodological-theoretical basis is based on historical and dialectical materialism.

KEYWORDS: Teaching work; Precariousness of work; Teacher deafening.

1. Introdução

Este trabalho, que visa ser apresentado em formato de mesa coordenada no evento *Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2019* é uma adaptação de uma pesquisa de dissertação de mestrado ainda em andamento, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Ensino da Universidade Federal Fluminense.

A pesquisa pretende investigar alguns processos da precarização do trabalho docente na atual conjuntura brasileira e o fenômeno do adoecimento do professor como desdobramento dessa realidade.

Nesse sentido, objetivamos, de modo geral, promover uma discussão teórica baseada na bibliografia atual sobre o tema em questão, para desse modo, contribuir para uma ampla discussão a cerca da temática, que de preferência, se objetive nas ruas, em militâncias pela defesa da valorização do trabalho do professor e pela educação pública e de qualidade.

A relevância deste estudo se dá, primeiramente pela conjuntura atual em que estamos vivendo, de intensa retirada de direito dos trabalhadores. Nesse sentido, cabe evidenciarmos especificamente o processo de superexploração do trabalho do professor, que na conjuntura atual, tende a intensificar-se, se desenvolvendo de modo cada vez mais reificado e desumanizado.

Portanto, partindo da compreensão de que estamos vivendo tempos de desvalorização e desmonte da educação pública e desqualificação do trabalho do professor, essa pesquisa torna-se não apenas uma referência acadêmica, mas um ato político e um convite à tomada de consciência e a militância por condições dignas de trabalho para a categoria docente e pela valorização da educação pública no país.

A discussão a seguir está estruturada em dois pontos centrais: O primeiro é apresentar um panorama sobre as condições de precarização do trabalho do professor e em seguida, evidenciar o adoecimento docente e a medicalização como desdobramentos de tal realidade.

2. Precarização do trabalho docente

Já partindo para o primeiro ponto em questão, cabe apontar que a profissão docente pode caracterizar-se como sendo subversiva para a elite dominante, pois o professor tem nas mãos os instrumentos para despertar os alunos em relação à luta de classes na qual estamos inseridos. Além disso, pode provocar nos alunos o engajamento para uma transformação radical da sociedade, com poder para superar a perspectiva naturalizada e/ou meritocrática das desigualdades sociais e reivindicar o fim dos privilégios da pequena elite dominante.

A minha hipótese é de que o sucateamento proposital na educação pública e a precarização do trabalho do professor se dá, como uma de suas causas, por esse poder subversivo e revolucionário que ambos contém.

No que se refere especificamente ao trabalho do professor, autores como Gasparini, Barreto, Assunção (2005) Soares, Martins (2017), dentre outros, caracterizam-no como precarizado e superexplorado, em função de motivos como: a desvalorização salarial que promove a intensificação do ritmo de trabalho em várias escolas; a falta de uma infraestrutura adequada com materiais didáticos disponíveis ao professor; o número excessivo de alunos por sala; a competitividade entre os professores; a demonstração de falta de interesse dos alunos em relação às aulas; o desrespeito dos alunos em relação aos professores e/ou até mesmo a violência; a intensificação das atividades extraclasse; dentre muitos outros fatores que serão apontados ao longo desse trabalho e que resulta na ampliação do desgaste físico e mental dos professores, se desdobrando em adoecimentos.

No que se refere a essa questão, Gasparini, Barreto e Assunção (2005) apontam que:

As condições de trabalho, ou seja, as circunstâncias sob as quais os docentes mobilizam as suas capacidades físicas, cognitivas e afetivas para atingir os objetivos da produção escolar podem gerar sobre-esforço ou hipersolicitação de suas funções psicofisiológicas. Se não há tempo para a recuperação, são desencadeados ou precipitados os sintomas clínicos que explicariam os índices de afastamento do trabalho por transtornos mentais (GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2005, p. 192).

Essa precarização dos trabalhadores docentes nos marcos do capital, a partir do sobre-esforço dedicado ao trabalho, é totalmente compatível com a lógica de dominação da elite daqueles que gerenciam a educação em nosso país. Nesse sentido, cabe apontar não apenas os representantes políticos, que escamoteiam na negação de uma educação

de qualidade a sua possibilidade de continuar se mantendo no poder, mediante a produção da alienação social dos indivíduos, mas também destaco os empresários e banqueiros, que investem seus recursos financeiros na educação brasileira, visando o lucro e a privatização dos serviços de educação pública e de qualidade, comprometendo a estabilidade do trabalhador docente, que cada vez mais ganha um perfil intermitente e voltado para a lógica da flexibilidade.

Discorrer sobre os processos de precarização do trabalho do professor me remete ao que vem sendo apontado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT)², desde 1983, ao sinalizar que a profissão docente é a segunda categorial profissional, em nível mundial a portar mais doenças ocupacionais (MIRANDA, 2017, p.14), que vão desde as físicas, como reações alérgicas a giz, distúrbios vocais, gastrites etc., até as psicológicas, como a depressão, a síndrome de burnout etc.

O que deve ficar claro é que o processo de precarização do trabalho docente é construído dentro de um sistema que visa pulverizar a qualidade da educação de modo geral, visando produzir um perfil de professor, dentro de uma “nova morfologia do trabalho” que se caracterize como: parcelado, atípico, flexível, intermitente, pejotizado (ANTUNES, 2009).

3. O adoecimento do profissional docente

O segundo momento da discussão objetiva-se a trazer uma reflexão sobre o fenômeno do adoecimento docente no Brasil. Primeiramente, cabe apontar que no Brasil, os primeiros registros de adoecimento docente referem-se ao século XIX. Evidencia-se, de acordo com Bastos (2009), que durante o segundo império, Dom Pedro II atribuía as pessoas de sua confiança a responsabilidade de ocuparem cadeiras na função de professores, em caráter vitalício. Entretanto, em um dado momento, o professor José de Araújo Lobo decidiu renunciar suas funções como docente após quarenta dias de atuação na cadeira de gramática latina, alegando ser o cargo nocivo a sua saúde. Além disso, de acordo com os pesquisadores da época do segundo império, de 1882 a 1885, dos 50 professores efetivos da Província do Espírito Santo, 24 precisaram tirar licença médica em função de problemas de saúde devido às relações de trabalho. (Bastos, 2009, p.14).

² OIT, 1984

Esse panorama introdutório visa deixar claro que os problemas de adoecimento docente em função de condições de trabalho possuem um histórico muito mais antigo do que muitos imaginam.

Nos dias atuais, ficam evidente que muitas são as causas de desencadeamento do adoecimento do professor. Algumas serão apontadas aqui neste espaço, a fim de trazermos a compreensão de que o sofrimento psíquico é motivado por causas multifatoriais presentes na realidade do trabalhador docente.

Segundo Soares e Martins (2017), a relação de não equivalência entre salário recebido e trabalho realizado é um dos grandes motivos de frustração entre a categoria docente. No entanto, devemos deixar claro que a desvalorização salarial da categoria é uma articulação política de desvalorização da própria educação e da profissão docente.

O cenário da crescente violência no ambiente escolar, somada ao desrespeito cotidiano e falta de interesse dos alunos pelos conhecimentos oferecidos nas aulas, também é outro fator de grande sofrimento psíquico entre os professores. A esse respeito, Santos; Urt e Vital (2017) apontam que: “olhar para a violência na escola pelo viés da teoria histórico-cultural é olhar para além do superficial, buscando a essência do problema, suas contradições e consonâncias”. (SANTOS; URT; VITAL, 2017, p. 86).

Ainda sobre esse aspecto, Carvalho e Barroco (2017) destacam que a violência pode se manifestar de forma direta (por meio de atos físicos), indireta (através de ações coercitivas que impliquem prejuízo psicológico ou emocional) e simbólica (abrangendo relações de poder que se configuram em cerceamento de ações e de pensamento dos indivíduos). (Carvalho; Barroco, 2017).

Isso nos leva a compreender que a violência presente dentro do contexto escolar pode atingir os professores de diferentes maneiras, desumanizando-os e negando a eles condições de trabalho que envolvam respeito e dignidade.

Isso dialoga com o que vem sendo afirmado por Antunes (2014), ao evidenciar que a violência apenas desencadeia a insegurança, a falta de autoridade, o medo e o desestímulo. Isso compromete a forma com que os professores se reconhecem e como reconhecem o outro e assim, “não conseguem mais construir experiências subjetivas favoráveis ao trabalho docente.” (SANTOS; URT; VITAL, 2017, p. 95).

Outros fatores como: más condições do ambiente laboral, com uma infraestrutura precária, com pouco espaço nas salas de aula; uma quantidade extensa de alunos por turma; a falta de material didático necessário para o bom desenvolvimento

do trabalho e até mesmo a competitividade entre a categoria docente também são grandes motivadores do sofrimento psíquico e do adoecimento do professor.

Todos esses elementos apontados podem vir resultar no que chamamos de readaptação funcional, que é o afastamento do professor do ambiente adoecedor da sala de aula, e o seu remanejamento para outra função dentro da escola, como a atuação na biblioteca, ou secretaria escolar, por exemplo.

Geralmente isso é utilizado como uma estratégia pela gestão escolar como forma de recuperar a saúde do professor que adoeceu para depois tentar o processo de readaptação do professor à sala de aula.

Cabe destacar aqui que esse processo de readaptação do docente, pode resultar dentro do espaço escolar, entre o próprio grupo de professores, o estigma da vitimização ou do doente, que é quando aquele professor adoecido passa a ser excluído das relações interpessoais pelos membros da sua própria categoria, ou visto com olhar de pena e coitadismo por parte de seus pares. Isso, ao invés de resolver o problema, apenas o agrava.

Partindo da citação acima, podemos compreender que o espaço da readaptação é também o espaço do adoecimento, do estigma, do isolamento, do esvaziamento do trabalho. Portanto, não há soluções simples e imediatas quando tratamos do adoecimento do professor, sendo necessário deixar claro que não há no Brasil políticas públicas eficientes que visem favorecer o enfrentamento do adoecimento docente em função das condições de trabalho e tampouco há estratégias do Governo a respeito do retorno do professor readaptado para a volta à docência.

O afastamento do professor de suas atividades por motivos de adoecimento pode ocorrer em caráter provisório ou definitivo, dependendo das condições de saúde do professor, tratando-se de um direito jurídico, com base nos direitos do segurado previdenciário, estabelecido em 1960 pela União Federal. (Santos; Urt; Vital, 2017).

Tal realidade apontada aqui vem gerando a perda da identidade pela profissão, que deixa de ter significado para os professores e torna-se apenas um meio de garantir sua renda para a sobrevivência. Desse modo, ocorre o esvaziamento do sentido da prática docente, no qual o professor se sente estuprado em sua subjetividade, ao ter que exercer uma função cotidianamente que não lhe traz mais satisfação, nem entusiasmo e assim, apenas reforça a sensação de ojeriza, de estar ali, contra a sua vontade.

Tal realidade pode se desdobrar no que chamamos de síndrome de *Burnout*, do inglês *to burn out*, significa “queimar por completo”. É “uma resposta prolongada a

estressores emocionais crônicos e interpessoais no trabalho” (MASLACH, SCHAUFELI, LEITER; 2001; p.307), configurando-se como o total esgotamento físico e mental, provocando a perda da energia, o desânimo, a apatia, sentimento de tristeza e frustrações. (Miranda, 2017, p.15).

Além do *burnout*, outra doença psíquica que vem afetando os professores em grande escala é a depressão, por sua vez, considerada a doença psíquica mais estudada e falada na atualidade. (Esteves; Galvan, 2006, p.1), além de já ser uma das maiores causas de afastamento do trabalho e ser apontada como uma das doenças mais incapacitantes do século. (Miranda, 2017, p. 31).

No que se refere à depressão, Miranda (2017) aponta que:

A depressão é considerada um transtorno de humor envolto por uma sintomatologia diversa. Seus sintomas emocionais manifestam-se por meio de tristeza e abatimento. O indivíduo sente desesperança, infelicidade, perde o interesse por atividades de lazer, por amigos e familiares, apresenta choro constante e perde o prazer, podendo isolar-se do convívio social e desenvolver ideias suicidas. Os sintomas cognitivos evidenciam-se pela ocorrência de pensamentos pessimistas, ideias de incapacidade, perda de atenção e memória, diminuição da capacidade de resolução de problemas e sentimento de culpa. Os sintomas físicos podem se manifestar através de fadiga, alterações do sono e do apetite e diminuição da atividade física. Quanto aos sintomas motivacionais, o indivíduo com depressão apresenta uma considerável passividade, baixo tônus e diminuição da iniciativa para executar funções necessárias e básicas para sobrevivência. (MIRANDA, 2017, p. 15-16).

Alguns autores como Aloha (2014) citado por Miranda (2017) apontam que o *burnout* vem sendo considerado um quadro clínico evocativo da depressão. Já Glass e Mcknight (1996) afirmam que o *burnout* é uma forma de depressão relacionada ao trabalho. Portanto, embora as discussões dentro da academia acerca das relações entre o *burnout* e a depressão ainda estejam em nível de maturação, há intrínsecas relações entre ambos que não devem deixar de ser consideradas.

O que deve ficar claro para nós é que professores ao desenvolverem o *burnout* e/ou a depressão, podem assumir uma posição de frieza em relação aos seus alunos. Nesse caso, há um afastamento das relações interpessoais, cabendo apontar também que em muitas situações, acrescenta-se ainda uma irritabilidade e perda total da paciência

por parte do docente, podendo tornar inviável o processo de ensino-aprendizagem. (Bastos, 2009, p.18)

Além disso, professores adoecidos de *burnout* ou depressão, podem apresentar dificuldades em manifestar o mínimo de empatia necessária à transmissão de conhecimento, associado a quadros de ansiedade, melancolia, baixa autoestima, sentimento de exaustão física e emocional, alterações na dinâmica psíquica, dentre outras variadas reações. (Bastos, 2009, p.18).

De forma semelhante, cabe citar Nóvoa (1996), ao afirmar que

As conseqüências da situação de mal-estar que atinge o professorado estão à vista de todos; elevados índices de absenteísmo e abandono, desmotivação pessoal, insatisfação profissional traduzida numa atitude de desinvestimento e indisposição constante [...] e ausência de reflexão crítica sobre a ação profissional. (NÓVOA, 1996, P.22).

Além do *burnout* e da depressão, temos professores padecendo das mais variadas doenças ocupacionais, físicas e/ou psicológicas, como: fobias, problemas na pressão arterial, dores na coluna, problemas respiratórios, distúrbios vocais, artrite, artrose, distúrbios de sono, dentre muitas outras doenças que podem vir a desencadear até mesmo tentativas de suicídios, tudo em função das condições de precarização do trabalho, que introduz cotidianamente “trabalhadores no limiar da animalidade (...) sem tempo nem condições objetivas de analisar sua própria vida, com jornadas extensivas e muitas horas desperdiçadas em degradados meios de transportes”. (SOUZA; FACCI; URT, 2017, p.195).

A essa condição de adoecimento docente, no qual estamos aqui abordando, cabe apontar, segundo Miranda (2017) que “o mesmo sistema que reforça o adoecimento favorece a construção de políticas para a saúde do trabalhador, mas não com a finalidade de contribuir socialmente com a população, mas para não sofrer prejuízos com o adoecimento dessas pessoas.”. (MIRANDA, 2017, 14).

Uma contradição a ser apontada é que de modo geral, muitos professores acabam assumindo dois ou três vínculos de emprego, em função dos salários aviltantes que recebem com uma matrícula, tudo para que possam ter condições de adquirir uma boa habitação, alimentação, esporte, cultura e forma indispensável, uma boa saúde. Todavia, o que ocorre, é que com a potencialização do seu trabalho, resta-lhe pouco

tempo para privilegiar dimensões outras da vida, que seriam inclusive potencializadora da saúde e do bem estar, a exemplo do lazer. (Junior, 2014, p.117).

O que deve ficar claro é que o trabalho “nunca é neutro em relação à saúde, e favorece seja a doença seja a saúde”. (DEJOURS, 1992, p.164). Isso significa dizer que não há neutralidade no trabalho, sendo por meio dele que o homem se realiza ou adocece, se humaniza e se emancipa, ou se avilta e se aliena.

Isso dialoga diretamente com o que vem sendo falado por Heloani e Capitão (2003, p.102):

O mundo do trabalho torna-se, de forma rápida e surpreendente um complexo monstruoso, que se por um lado poderia ajudar, auxiliar o homem em sua qualidade de vida, por outro lado, patrocinado pelos que mantêm o controle do capital, da ferramenta diária que movimenta a escolha de prioridades, avassala o homem em todos os seus aspectos (HELOANI; CAPITÃO, 2003, p.102).

Esse cenário tétrico e degradante, das condições de trabalho adoecedoras em que o professor está subsumido, apontadas até aqui, tem levado muitos docentes a fazerem uso de medicamentos, geralmente, de forma indiscriminada, a fim de buscar aliviar seus sofrimentos físicos, psíquicos e emocionais causadas pelo adoecimento. Consideramos essa questão da medicalização docente, da maior relevância e de uma relação muito intrínseca ao tema do adoecimento do professor, é por isso que iremos nos dedicar a refletir sobre essa questão de forma específica a partir de agora.

3.1 A prática medicalizante e a docência

Conforme já afirmamos, as condições objetivas na qual se dá o trabalho do professor, vem revelando uma superexploração cujo desdobramento é o adoecimento, que pode ser de ordem física e/ou psíquica. Em função disso, muitos professores tem feito uso de psicofármacos, geralmente de forma indiscriminada, se automedicando, na intenção de tentar romper com o sofrimento que lhes é acometido pela realidade adoecedora que lhes atravessam em seu ambiente de trabalho.

Isso nos leva a pensar que cotidianamente os professores têm buscado soluções medicamentosas para resolver problemas de ordem social, escamoteando os conflitos inerentes às relações capital-trabalho.

Nesse sentido, muitos professores têm chegado às escolas dopados de remédios, na intenção de se livrarem de problemas como ansiedade, insônia, dentre outros, sendo esta uma solução imediatista e paliativa para uma questão que conforme já afirmamos é de ordem sócio-classista.

Outra questão que devemos apontar é em relação às patologias, que a cada dia, tem sido trazida para o ambiente escolar, presente nos corredores e nas salas de aula de modo cada vez mais naturalizada. Nesse sentido, comportamentos vêm sendo patologizados, assim como opiniões, formas de se expressar, amar e existir.

Isso nos faz ver que estamos diante da patologização do olhar do professor. Um olhar adoecido não é necessariamente de um indivíduo que porta uma doença de fato, mas sim daquele que enxerga tudo como patológico e carente de medicamentos. Isso explica a incidência de remédios na vida cotidiana dos professores, sendo considerados a única solução capaz de motiva-los a dar continuidade a sua vida docente, por mais difícil e desafiadora que ela seja.

Estamos dizendo aqui que o uso de medicamentos, tem sido uma bengala para professores adoecidos poderem suportar o ofício da profissão, com todas as delícias e amarguras que ela dispõe.

Moyses e Collares (2012) apontam que não é de hoje que explicações de caráter biológico/ patologizante têm sido utilizadas para explicar problemas que são construídos historicamente.

A este respeito, Meira (2012) contribui apontando que

A medicalização da vida cotidiana, capaz de transformar sensações físicas e psicológicas normais (como insônia e tristeza) em doenças (como distúrbio do sono e depressão), vem provocando uma verdadeira epidemia de diagnósticos, trazendo o risco de transformar boa parte das pessoas em pacientes. (MEIRA, 2012, p. 4).

Outro aspecto importante que merece destaque ao abordamos sobre a medicalização é em relação aos interesses financeiros que os medicamentos possuem para as indústrias farmacêuticas de modo geral. Trata-se aqui de uma realidade aonde os diagnósticos são estimulados para que mais remédios venham a ser adquiridos e assim a roda da fortuna das indústrias de psicofármacos continue girando.

Esta é, segundo Facci, Mezari e Leonardo (2017), a prova de que estamos vivendo uma realidade onde tudo está sendo entregue a lógica do capital e nesse sentido, destaca-se a indústria farmacêutica como sendo um dos empreendimentos mais lucrativos a custa da saúde e do bem estar da população. Logo, a fim de atender aos interesses mercantis do capital a vida acaba sendo medicalizada.

Cabe deixar claro aqui que há um namoro da medicina com a indústria farmacêutica cujo resultado é fazer com que as pessoas acreditem que o remédio é a cura para todos os males. É uma paleta de opções para todo e qualquer problema que possa acometer o ser humano. Isso está claramente presente no discurso médico, que ao passo em que é patológico e medicalizante é classista e sintonizado com a lógica do capital.

Cabe destacar agora alguns dos medicamentos com grande incidência nos receituários médicos, de altíssimo consumo por professores em processo de adoecimento da vida e do olhar.

O primeiro é a ritalina, que tem como princípio ativo o Cloridrato de Metilfenidato, também conhecida como Concerta, como podemos verificar nas caixas de um dos genéricos do medicamento. Por sua vez, trata-se de um fármaco estimulante do sistema nervoso central. O seu uso é pautado na expansão cognitiva e na melhora da concentração e da atenção. No entanto, o seu efeito é altamente nocivo para o ser humano, podendo provocar: falta de apetite, dor de cabeça, aperto no peito, taquicardias, insônia, aumento da pressão arterial, tremores, sudorese excessiva, boca seca, surgimento de crises de ansiedade, pânico ou surtos psicóticos.³

Isso demonstra que tal substância é extremamente nociva para a saúde, embora seja um psicofármaco muito popularizado e de fácil possibilidade de encontra-lo na bolsa ou carteira de alguma professora ou professor.

A ritalina, como é um fármaco de tarja preta, só pode ser comprada com receita médica, mas não podemos negar o fato de que em muitas farmácias, é possível comprá-lo sem ter em mãos uma receita.

Outro medicamento muito utilizado por professores é o rivotril, visto como um eficiente relaxante muscular e tranquilizante, ele é geralmente muito usado por aqueles que têm problemas com insônia, alto nível de estresse cotidiano, depressão etc.

³ Link: <http://marcelotoledo.com/ritalina-como-droga-da-inteligencia/> Último acesso: 10/03/19

O seu uso pode causar sonolência, lentidão de pensamento, dor de cabeça, infecções respiratórias, cansaço, depressão, vertigem, irritabilidade, insônia, dentre muitos outros efeitos colaterais.⁴

Muitos outros fármacos poderiam ser aqui citados, mas o que é fundamental questionarmos aqui é o seguinte: Esse fenômeno da medicalização estaria ocultando a falta de investimento do Governo nas escolas públicas? Estaria mascarando as precárias condições no qual trabalham esses professores? Seria esse um movimento inverso, de culpabilização do indivíduo, pautado em um caráter biologizante e patologizante, (promovido pelas indústrias farmacêuticas e representantes da medicina), quando os grandes responsáveis e verdadeiros algozes da educação pública, são: empresários, banqueiros, representantes do Congresso Nacional, Senado e presidente da república, além dos Organismos Internacionais (FMI, Banco Mundial, OCDE etc.)?

Todos esses questionamentos são para rompermos com a concepção criticada por Zucoloto (2007) que reforça a lógica do indivíduo como o responsável por sua condição de vida e destino e na qual as circunstâncias sociais e políticas teriam menor influência.

Desse modo, defendo aqui, a posição de Facci, Mezari e Leonardo (2017), ao destacarem que “a medicalização no contexto escolar precisa ser analisada sob a ótica de questões sociais mais amplas.” (FACCI; MEZARI; LEONARDO, 2017, p.111).

O que não se pode deixar de considerar também, sob nenhuma hipótese, é que “a medicalização é uma produção da sociedade burguesa a qual estamos inseridos.” (FACCI; MEZARI; LEONARDO, 2017, p.112). Isso reforça nossa posição ao considerar o contexto sócio-político como preponderante para as causas de adoecimento. Portanto, devemos sair do nosso lugar de conforto de culpabilização do indivíduo e calçarmos a lente dialética da luta de classes para entendermos que o adoecimento docente intrínseco ao fenômeno da medicalização, são condições produzidas dentro do capitalismo, pela elite dominante.

CONCLUSÃO

Em suma, cabe finalizar com uma citação de Marx ao apontar que “a história de todas as sociedades até agora tem sido a história da luta de classes” (MARX; ENGELS.

⁴ Link: <https://www.bulario.com/rivotril/> último acesso: 10/03/19

1999 p.7), entre exploradores e explorados, dominantes e dominados, com reverberações profundas na esfera do trabalho, a partir de uma relação de exploração/desumanização do indivíduo, causando adoecimento em larga escala.

Logo, esta discussão buscou demonstrar que o trabalho precarizado e o adoecimento que acomete a categoria de professores, assim como todo o desmonte da educação pública e da falta de investimento em condições de qualidade para a atuação docente, são produzidos dentro do sistema capitalista, como uma articulação tática dessa luta de classes, a fim de manter os privilégios da classe dominante na medida em que a classe trabalhadora é negada do direito ao acesso a um conhecimento crítico, de qualidade, com professores emancipados e com condições de atuarem de forma libertadora e revolucionária.

Nesse sentido, baseado em toda a discussão apresentada até aqui, destaco que superar o quadro de adoecimento do professor e a própria condição de precarização do trabalho em que tal profissional está inserido, só é possível a partir da superação do próprio capitalismo, haja vista que essa superação é absolutamente necessária para que a emancipação do proletariado se torne uma realidade, tendo a consciência de que ao libertar-se de suas “correntes” de exploração, a classe trabalhadora emancipa, “ao mesmo tempo e para sempre, a sociedade inteira da exploração, da opressão e da luta de classes”. (MARX; ENGELS. Prefacio a la edición alemana de 1883. Manifiesto del Partido Comunista. Obras escogidas. 1883, p. 102-103

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Boitempo. 2009.

ANTUNES, S. M. P. S. N. Readaptação Docente: trajetória profissional e identidade. Mestrado em Educação. Faculdade de Humanidades e Direito da Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo-SP, 2014. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistasims/index.php/cadernosdeeducacao/article/view/5075>>. Acesso em: 05 de março de 2019.

BASTOS, Josane Aparecida Quintão Romero. O mal-estar docente, o adoecimento e as condições de trabalho no exercício do magistério, no ensino fundamental de Betim/MG. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

DEJOURS, C. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 5ª ed. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

ESTEVES, Fernanda Cavalcante; GALVAN, A. L. Depressão numa contextualização contemporânea. Aletheia (ULBRA), v. 1, p. 127-135, 2006.

FACCI, M. G. D. ; MEZZARI, D. P. S. ; LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro . Uso de medicamento ou medicalização dos professores: uma discussão sobre as relações de trabalho e adoecimento. In: Marilda Gonçalves Dias Facci; Sonia da Cunha Urt. (Org.). Precarização do trabalho, adoecimento e sofrimento do professor. 1ª ed. Piauí: EDUFPI, 2017, v. 1, p. 101-112.

GASPARINI, S; BARRETO, S.; ASSUNÇÃO, A. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. Educ. Pesquisa, vol.31, n.2, pp. 189-199.2005.

HELOANI, José R.; CAPITÃO, Cláudio G.. Saúde Mental e Psicologia do Trabalho. In: São Paulo em Perspectiva, v.17, n.2, p.102-108, 2003.

JUNIOR. Raimundo Sérgio de Farias. A precarização do trabalho e o adoecimento docente em instituições de ensino superior privadas/mercantis. Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará. Belém, 2014.

MARX; ENGELS. Prefácio a la edición alemana de 1883. Manifiesto del Partido Comunista. Obras escogidas, p. 102-103. 1883.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. 9ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MASLACH, C.; SCHAUFELI, W.B.; LEITER, M.P. - Job burnout. *Annu Rev Psychol.* 397-422, 2001.

MEIRA, M. Incluindo para continuar excluindo: a produção da exclusão na Educação Brasileira à luz da Psicologia Histórico – Cultural. In: A exclusão dos incluídos: uma crítica da Psicologia da Educação à patologização e medicalização dos processos educativos. Maringá: Eduem, 2012.

MIRANDA, M.B. Saúde emocional de professores das escolas estaduais de Juiz de Fora – MG: Depressão e Burnout. Dissertação (mestrado acadêmico). Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Psicologia, 2017.

MOYSES, M.; COLLARES, C. O lado escuro da dislexia e do TDAH. In: A exclusão dos incluídos: uma crítica da Psicologia da Educação à patologização e medicalização dos processos educativos. Maringá: Eduem, 2012.

NÓVOA, Antônio. O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, Antônio. (Org.) Profissão professor. Porto, Portugal: Porto Editora, 1996.

GLASS, D.C., MCKNIGHT, J.D. Perceived control, depressive symptomatology, and professional burnout: A review of the evidence. *Psychology & Health*, 11(1), 23-48. 1996.

SANTOS, L. M.; URT, S. C.; VITAL, S. C. C.. Readaptação docente: qual o sentido atribuído pelo professor?. In: Marilda Gonçalves Dias Facci; Sônia da Cunha Urt.

(Org.). Precarização do trabalho, adoecimento e sofrimento do professor. 1ª ed. Teresina - PI: EDUFPI, 2017, v. 1, p. 73-100.

S.SOARES, V. A. B.; MARTINS, Lígia Márcia. Relações entre sofrimento/adoecimento do professor e formação docente. In: Facci, M. G. D.; Urt, S. C.. (Org.). Precarização do Trabalho, Adoecimento e Sofrimento do Professor. 01ª ed. Teresina, PI: Editora da Universidade Federal do Piauí - EDUFPI, 2017, v. 01, p. 45-72.

ZUCOLOTO, P. C. S. V. O médico higienista na escola: as origens históricas da medicalização do fracasso escolar. Rev. Bras. Crescimento Desenvol. Hum. São Paulo, v. 17, n. 1, p.136-145, abr. 2007.

Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822007000100014&lng=pt&nrm=is&tlng=pt>. Acesso em: 10 març. 2019.